

Obras do Metrô recomeçam em 40 dias

Eraldo Peres

As obras do Metrô serão retomadas em, no máximo, 40 dias. Em março de 1997, moradores de Taguatinga e Samambaia já poderão embarcar nos trens rumo ao início da Asa Sul, onde haverá uma estação de ônibus.

A boa nova foi dada ontem pela Secretaria de Obras e é consequência da aprovação do Fundo de Liquidez do Metrô pela Câmara Legislativa.

O Fundo vai permitir a renegociação da dívida do metrô e a liberação de R\$ 34 milhões do Banco do Brasil e do BNDES para a aquisição de máquinas e equipamentos. A Câmara aprovou a medida em segundo turno com 15 votos favoráveis e nove ausências.

“Esse Fundo permite que nós unifiquemos todos os recursos destinados ao metrô em uma conta única. Era a condição que faltava para fecharmos a negociação com as empreiteiras”, informou o diretor do Departamento de Programação e Controle de Obras da Secretaria, Otto Guimarães.

Votação — Além dos recursos liberados pelos bancos, o Metrô conta ainda com R\$ 23 milhões do Orçamento do Distrito Federal. No Congresso, está para ser votado o projeto de Orçamento da União, que destina mais R\$ 52 milhões para a obra.

Na Câmara, o deputado distrital João de Deus (PDT) tentou evitar a aprovação. Ele puxou *coleguinhas* pelo braço, tentou negociar, mas não conseguiu impedir a votação.

Na segunda-feira, ele se desentendeu com o peemedebista Odilon Aires por causa da votação em primeiro turno do projeto. Os dois quase brigaram porque João não queria que Odilon ajudasse a garantir quórum.



O deputado João de Deus (E), descontente com a pequena participação do PDT no governo tentou evitar a votação do Fundo do Metrô. Manoelzinho saiu da sessão

O pedetista defendeu a criação de uma CPI do Metrô para investigar denúncias de superfaturamento. “Fiz um requerimento, mas ninguém assinou. Então não fiquei na sessão que votou o projeto do Metrô”, explicou.

Apoio — Depois, acabou confessando o verdadeiro motivo de sua

campanha contra a aprovação do fundo. “Se o governo quer o apoio do PDT, terá que dar maior participação ao partido nos cargos do governo.”

Odilon, que votou a favor do projeto no primeiro turno, retirou-se da sessão. O líder do PMDB, deputado

Luiz Estevão, alegou problemas de saúde na família e também se retirou.

Outros deputados da oposição como Jorge Cauhy (PMDB), Renato Rainha (PL), Benício Tavares (PMDB) e César Lacerda (PMDB) votaram a favor do projeto.

A maior surpresa ficou por conta

do PSDB. Depois de discursar em plenário enfatizando a posição de independência e de ter se retirado na votação em primeiro turno, o líder do partido, deputado Marcos Arruda, também votou a favor. “Era um projeto de interesse da população”, justificou.

Fundo substitui aval do BRB

O Fundo de Liquidez do Metrô, aprovado ontem pela Câmara Legislativa, é a garantia do governo para a renegociação do contrato com o Banco do Brasil, firmado em 1992.

Em outras palavras, substituirá o Banco de Brasília (BRB) na condição de avalista do contrato, o que havia sido questionado pelo Ministério Público.

O projeto do Executivo diz que o desembolso mensal para o Fundo será equivalente ao valor da dívida por mês com o Banco do Brasil (R\$ 4,6 milhões).

A renegociação do contrato firmado com o Banco do Brasil estabelece que durante dois anos, o governo pagará apenas 20% do valor da prestação.

Além do refinanciamento, o governo receberá o saldo contratual de R\$ 29 milhões referente ao empréstimo do Banco do Brasil e de R\$ 5 milhões de um outro contrato com o BNDES, em que o avalista também será Fundo de Liquidez.

Os recursos para a constituição do Fundo virão de três fontes diferentes: 25% serão provenientes do produto da arrecadação da Dívida Ativa do DF, 50% virão das parcelas do Fundo de participação de Estados e do Distrito Federal e os outros 25% serão oriundos do produto da alienação de imóveis da Terracap.

A gestão do Fundo ficará a cargo da Secretaria de Fazenda e Planejamento.